

**INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO  
CAMPUS MORRINHOS**

**JULIANA PEREIRA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS SURDOS**

**MORRINHOS – GO**

**2019**

**JULIANA PEREIRA SILVA**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS SURDOS**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos.

Orientadora: Dra. Michelle Castro Lima

**MORRINHOS – GO**

**2019**

**JULIANA PEREIRA SILVA**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

SSI586  
a Silva, Juliana Pereira  
Alfabetização e Letramento de Alunos Surdos /  
Juliana Pereira Silva; orientadora Michelle Castro  
Lima. -- Morrinhos, 2019.  
42 p.

Monografia (Graduação em Licenciatura em  
Pedagogia) -- Instituto Federal Goiano, Campus  
Morrinhos, 2019.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Surdos. 4.  
Alunos. 5. Linguagem. I. Lima, Michelle Castro,  
orient. II. Título.

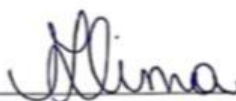
## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS SURDOS

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos.

Orientadora: Dra. Michelle Castro Lima

Morrinhos, 09 de dezembro de 2019.

### BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Michelle Castro Lima - Orientadora  
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos



Ma Ana Lúcia Ribeiro do Nascimento  
Doutorando da Universidade Federal de Uberlândia



Prof.ª Esp. Layla Aparecida Rodrigues Felisberto  
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiano

**Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES  
TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- Tese  Artigo Científico  
 Dissertação  Capítulo de Livro  
 Monografia – Especialização  Livro  
 TCC - Graduação  Trabalho Apresentado em Evento  
 Produto Técnico e Educacional - Tipo: \_\_\_\_\_

Nome Completo do Autor: Juliana Pereira Silva  
Matrícula: 2016104221310306  
Título do Trabalho: Alfabetização e letramento de alunos surdos

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_  
Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 02/02/2021  
O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não  
O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Morrinhos/Goiás, 02 / 02 / 2021.  
Local Data

*Juliana Pereira Silva*

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais  
Ciente e de acordo:

*Alina*

Assinatura do(a) orientador(a)

*Dedico este trabalho a minha mãe amada que de todas as formas possíveis me ajudou e acalmou durante o processo de construção.*

*“Mãos que falam, amor espalham, mãos que calam, que não se permitem falar. Deixa muitas pessoas aflitas, pois não conseguem se comunicar. Porque o amor ao próximo não quebra essa barreira?. A língua brasileira de sinais é fascinante imagina só, mão comunicantes, isso é mágico! Tão lindo quanto ver é saber. Os surdos sabem o valor que possuem, mas querem reconhecimento. Mais do que acessibilidade, querem possibilidades, oportunidades e praticidade [...] Permitam-se conhecer essa belíssima comunidade, tão rica de diversidade, coloque a LIBRAS em seu coração [...] A mudança começa por nós, que sejamos a esperança para um Brasil melhor.”*

*Letícia Butterfield*

## RESUMO

O presente trabalho mostra como acontece o processo de alfabetização e letramento dos alunos surdos, assim como sua inclusão no ensino regular, as dicotomias do ensino especial, e as várias maneiras em que este pode ocorrer. O trabalho destaca a educação dos surdos, dando um enfoque especial para o aprendizado formal, para a instrução dos professores bilíngues, das salas especiais para atender aos alunos surdos e da legislação pertinente. Aqui será abordada a história da educação dos surdos e sua inclusão nas escolas regulares, a diferenciação entre inclusão e integração escolar. Será analisada também a concepção de Vygotsky a respeito da aquisição da linguagem e da consciência fonológica. Para a execução deste trabalho foram realizados uma elaborada pesquisa bibliográfica e um estudo de caso de acordo com os objetivos aqui elencados. Foram utilizadas referências de autores que corroboram com esta pesquisa e apresentação.

**Palavras Chave:** Alfabetização. Letramento. Surdos. Alunos. Linguagem.

## ABSTRACT

This paper shows how deaf students' literacy and literacy process takes place, as well as their inclusion in mainstream education, the dichotomies of special education, and the various ways in which it can occur. The work highlights deaf education, with a special focus on formal learning, the instruction of bilingual teachers, special rooms for deaf students and relevant legislation. Here we will address the history of deaf education and its inclusion in mainstream schools, the differentiation between inclusion and school integration. Vygotsky's conception of language acquisition and phonological awareness will also be analyzed. For the accomplishment of this work an elaborated bibliographical research and a case study was accomplished according to the objectives listed here. We used references from authors that corroborate this research and presentation.

**Key words:** Literacy. Literacy. Deaf. Students. Language.



## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS DO ALUNO SURDO .....	12
2.1 O que é Surdez?.....	12
2.2 História da Educação de Surdos .....	13
3 INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES.....	18
3.1 Inclusão x Integração.....	18
3.2 Os Alunos Surdos nas Escolas Regulares.....	22
4 VYGOTSKY: A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA .....	26
5 A REALIDADE DO SURDO – UM ESTUDO DE CASO.....	32
5.1 Pesquisa Bibliográfica .....	32
5.2 Estudo de Caso .....	33
5.3 UM CASO ANALISADO.....	34
5.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	36
5.4.1 Sobre o Professor Regente.....	36
5.4.2 Sobre a Assistente Educacional.....	36
5.4.3 Sobre o Aluno.....	37
5.4.4 Sobre a Escola e Seu Atendimento.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
7 REFERÊNCIAS .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a realização da disciplina “Alfabetização e Letramento 2” ao trabalhar com a alfabetização de crianças surdas fiquei muito interessada no tema e resolvi pesquisar sobre essa temática para escrever meu trabalho de curso.

A Inclusão no ensino regular ou especial pode se dar de diferentes maneiras, aqui será destacada a educação dos surdos, com enfoque especial para o aprendizado formal dos alunos surdos. Partindo do pressuposto que o aluno surdo é bilingue e tem como língua materna a língua de sinais brasileira – Libras, o qual não é bem aceito nas escolas brasileiras. Notasse nas pesquisas realizadas alguns problemas em relação a esta perspectiva educacional o que torna o processo de alfabetização e de aprendizagem em alguns casos mais dificultoso.

De acordo com Franco ( apud MRECH, 1999, p.2) o processo educativo na escola inclusiva é um “processo social, onde todas as crianças com necessidades especiais e de distúrbios da aprendizagem têm o direito à colonização o mais próximo possível do normal”. Esta alfabetização, porém, requer práticas de ensino reais e inovadoras, que possibilitem ao professor promover a inclusão necessária na sala de aula e assim alfabetizar seus alunos.

Dentro do curso de pedagogia, me pergunto sobre as questões pertinentes à alfabetização de crianças surdas, e vejo o quão complexo é esse processo; e sendo ele o mais importante de toda carreira escolar a ser caminhada, não podem haver falhas durante o trajeto, ou isso pode causar graves danos no futuro escolar. É evidente, porém, que existem dificuldades no processo de aprender a ler e escrever para qualquer criança, mas aqui será analisado este mesmo processo de aprendizagem para crianças com deficiência auditiva.

Veremos suas limitações e as dificuldades decorrentes das mesmas, analisando se as escolas estão preparadas ou não para tal fato. Sasaki (2002, apud SAMPAIO 2012, p.36) nos diz que a administração deste processo é um “processo tradicional de adequação do aluno as estruturas físicas, administrativa, curricular, pedagógica e política da escola”. Entendemos assim, que a visão geral é que os alunos surdos consigam aprender de acordo com o modelo pré-estabelecido pelos sistemas de ensino, ou seja, estes alunos surdos devem se adequar à escola, deixando de lado suas especificidades.

Esta visão, porém, perde espaço a cada dia e já se posiciona como um desafio constante, principalmente quando os alunos com necessidades educacionais especiais têm a vontade de aprender. Para que isso ocorra, é necessária uma melhor preparação teórica e metodológica para

que o aprendizado destes alunos seja mais significativo e se desenvolva de maneira alegre e eficaz.

Quanto às abordagens educacionais será tratado aqui dos métodos mais utilizados e que apresentam maior destaque no ensino e na aprendizagem da educação para os alunos surdos.

O trabalho está dividido em 05 seções, considerações finais e referências. Na segunda seção será abordada a história e a perspectiva de ensino aprendizagem dos alunos surdos no Brasil. Já na terceira seção discorrerá sobre a inclusão do surdo no ensino regular diferenciando os termos inclusão e integração. Na quarta seção foi abordada a ideias de Vygotsky sobre a aquisição da linguagem e sua influência na alfabetização do aluno surdo. Na última seção foi relatado a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e os dados obtidos durante o estudo de caso. Nas considerações finais foi identificado a dificuldade das escolas e dos profissionais envolvidos na escola em proporcionar o ensino bilíngue para os alunos surdos.

## **2 A HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS DO ALUNO SURDO**

Nessa seção iremos discorrer sobre a surdez e a deficiência auditiva e ainda explorar a história dos surdos no Brasil e como as mudanças no campo da história e historiografia influenciaram a escrita da história dos surdos.

### **2.1 O que é Surdez?**

A deficiência auditiva acontece quando alguma das estruturas da orelha apresenta uma alteração, ocasionando uma diminuição da capacidade de perceber o som. A surdez também é ocasionada por alguma alteração nas estruturas da orelha, ocasionando uma incapacidade em perceber o som. A deficiência auditiva e a surdez apresentam características bem diferentes, porém ambas ocasionam uma limitação para o desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Roeser (2001) e Carvallo (2003), o diagnóstico de perda auditiva, assim como do grau e tipo, baseia-se na história atual e pregressa, focalizada na pesquisa de fatores de risco gestacionais, perinatais e pós-natais, no histórico de doenças infecciosas e respiratórias, na avaliação otorrinolaringológica, e nos testes audiológicos. De acordo com Gomes (2006), qualquer alteração ou distúrbio no processamento normal da audição, seja qual for à causa, tipo ou grau de severidade, constitui uma alteração auditiva, determinando, para o indivíduo, uma diminuição da sua capacidade de ouvir e perceber os sons.

O processo de decodificação de um estímulo auditivo tem início na cóclea e termina nos centros auditivos do cérebro, possibilitando a compreensão da mensagem recebida.

A seguir a figura retratando a estrutura interna e externa do sistema fonoaudiólogo.

Figura 1



Fonte: Blog Biologia Pontal<sup>1</sup>

A capacidade de comunicação linguística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade (LIMA, 2006). De acordo com muitos estudos, “quanto maior o ruído, menos tempo devemos estar expostos a ele” e que quando ficamos expostos a “barulhos intensos (acima de 85 dB por 8h), podem acontecer perdas auditivas” (Honora, 2014, p. 30).

Não se pode, porém, utilizar o termo Deficiência Auditiva para pessoas com qualquer tipo de problemas auditivo. De acordo com Honora (2014, p. 25-26), a pessoa com deficiência auditiva é aquela cuja audição está prejudicada a ponto de dificultar, mas não impedir a compreensão da fala. Já a pessoa com surdez é aquela cuja audição está prejudicada a ponto de impedir a compreensão da fala através do ouvido, esteja usando ou não um aparelho auditivo individual de qualquer espécie.

## 2.2 História da Educação de Surdos

Na maioria dos países a educação especial, tanto em relação aos surdos quanto em geral, demonstraram períodos de segregação. A história da educação especial começou a existir no

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://biologiapontal.blogspot.com/2016/10/comparando-audicao-dos-seres-humanos.html>

século XVI quando alguns médicos e pedagogos em conjunto consideravam a possibilidade de uma educação voltada à alunos com algum tipo de dificuldade. Ali, as crianças com algum tipo de dificuldade ou deficiência eram consideradas apenas como seres, ou pessoas não educandas. Naquela época do Século XVI a educação era centrada em poucos pontos pedagógicos e era o reflexo de uma sociedade preconceituosa e excludente.

Na antiguidade os surdos eram considerados seres punidos por deuses. As pessoas surdas por não desenvolver a linguagem oral não tinham direito legal, pois não podiam fazer testamento e nem receber herança. Segundo Goldfeld (1997) a história dos surdos com a educação nos deixa claro que a oralização não consegue suprir todas as necessidades da comunicação, e foi só após a criação da língua de sinais que os surdos passaram a obter mais clareza em suas conversas com surdos e com ouvintes, pois trouxe as necessidades que faltavam para inserir-se nesse mundo.

A discussão sobre o processo de inclusão, sobre as dificuldades encontradas na materialização das adaptações escolares, o desconhecimento e resistência das escolas em atender as necessidades destes alunos não para neste ponto. No campo legal, as diversas leis brasileiras que tratam sobre inclusão e acessibilidade, em todas áreas da deficiência, tiveram grandes avanços ao longo dos últimos anos, que refletem e apresentam um sólido conhecimento e preocupação tanto política quanto social, bem como nas suas práticas um bojo concreto de realizações, como por exemplo a LBI ( Lei Brasileira de Inclusão) que trata de um modo bem amplo a acessibilidade da pessoa com deficiência.

No século XVII, era percebido o grande interesse que os estudiosos tinham pela educação dos Surdos, principalmente porque tinham descoberto que esse tipo de educação possibilitava ganhos financeiros, pois as famílias abastadas que tinham descendentes surdos pagavam grandes fortunas para que seus filhos aprendessem a falar e escrever, já os que não podiam pagar eram excluídos e renegados.

A partir do final da Idade Média os dados com relação à educação e à vida dos surdos tornam-se mais disponíveis, e é exatamente nesta época que começam a surgir os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda e de integrá-la na sociedade, o que ainda não pode ser considerado como inclusão. Até o século XV, os surdos – bem como todos os outros deficientes tornaram-se alvo da Medicina e da religião católica; sendo que a primeira estava mais interessada em suas pesquisas e a segunda, em promover a caridade com pessoas tão desafortunadas, pois para ela a doença representava punição.

O século XVIII é considerado por muitos o período mais próspero da educação dos Surdos. No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernet Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Após foi desenvolvida a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo – entre os anos 1930 e 1947, esse método era oral e serviu de modo de inclusão do surdo na sociedade.

Assim, a (LIBRAS) – Língua Brasileira de Sinais, tem sua origem na Língua de Sinais Francesa em 1857. Cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional, não há uma Língua de Sinais universal. Os sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos e do ponto no corpo ou no espaço onde esses sinais são feitos.

Voltando um pouco, à França de 1750, temos Abade Charles Michel Lelé, que foi um pioneiro na educação para os surdos. Lacerda (1998) nos diz que:

O abade Charles M. de L'Epée foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada por surdos, com atenção para suas características linguísticas. O abade, a partir da observação de grupos de surdos, verifica que estes desenvolviam um tipo de comunicação apoiada no canal visto-gestual, que era muito satisfatória. Partindo dessa linguagem gestual, ele desenvolveu um método educacional, apoiado na linguagem de sinais da comunidade de surdos, acrescentando a esta sinais que tornavam sua estrutura mais próxima à do francês e denominou esse sistema de sinais metódicos. (LACERDA, 1998, p.3).

Este método teve boa adesão por parte dos alunos surdos e também por parte dos educadores. De acordo com Nogueira (2010), na Alemanha, pouco antes de 1780 surgiram as primeiras ideias sobre a educação oralista, que era oposta a língua de sinais; para os oralistas os sinais atrapalham e impedem os surdos de aprender a falar. Muitos outros métodos orais surgiram a partir desta década e estes focavam apenas os aspectos clínicos em detrimento aos aspectos pedagógicos.

Strobel (2008), relata que Ernest Huet, professor pioneiro da educação dos surdos no Brasil, afastou-se de suas pesquisas e de seus trabalhos deixando o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação), a cargo de diretores ouvintes. Durante uma conferência internacional de educadores de surdos, em 1880, surgiu a escola do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, e logo a educação oralista foi considerada superior à língua gestual, chegando ao ponto de que a língua gestual tivesse seu uso proibido nas escolas.

A partir daí as escolas, em todos os países Europeus e nos Estados Unidos, passaram a utilizar o discurso sem língua gestual como método de educação para os surdos. No Brasil, em

1970, já havia tratamento para bebês surdos. No final da década de 1970 surgiu a Proposta Bilíngue de Educação do Surdo, baseada em conceitos políticos, sociológicos e filosóficos; onde o surdo é considerado bilíngue e bicultural, ou seja, convive com duas línguas simultaneamente, sendo partícipe de duas culturas: a cultura oral e ouvinte de seu país com sua linguagem, e a cultura gestual da comunidade surda do país a qual pertence com sua língua de sinais própria, no caso do Brasil – Libras.

O INES, já nos anos 80 intensifica o trabalho de pesquisas sobre a Libras e sobre a educação de surdos, e cria o primeiro curso de especialização para professores na área da surdez. Inicia-se no Brasil uma difusão do bilinguismo e a Constituição Federal de 1988 abre novas possibilidades com respeito aos direitos gerais incluindo as pessoas com deficiência, suas necessidades de inclusão e de acessibilidade no âmbito social e educacional.

A Lei de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000 trata da educação de todas as pessoas com deficiência dando-lhes muitos novos direitos. Em 2002, Libras é nomeada Língua Oficial pela Lei nº 10.436 de 24 de abril. Nesse dia ,também é comemorado o Dia Nacional da Libras. Já em 22 de dezembro de 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei 10.436 e incluiu Libras como uma disciplina curricular obrigatória na formação dos professores surdos, dos professores bilíngues, dos pedagogos e dos fonoaudiólogos.

O mesmo Decreto 5.626, em seu capítulo II rege que:

Art. 3 - A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Parágrafo 1 - Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. Parágrafo 2 - A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

As instituições de ensino devem garantir o acesso do aluno surdo a escolarização e buscar maneiras de possibilitar a permanência destes alunos evitando assim a evasão escolar. Utilizando as duas línguas, LIBRAS como primeira língua, e a Língua Portuguesa como segunda língua ocorrerá um estímulo ao desenvolvimento social dos alunos. Com a devida aplicação das leis e a integração deste aluno é extremamente importante um estudo detalhado dentro de todos os cursos de graduação e licenciatura. A garantia deste acesso em lei é um grande avanço, mas ele precisa acontecer de maneira menos excludente.



De acordo com Souza, (Apud O 2019) “o objetivo da disciplina de Libras na educação superior deveria ser o de dirigir o trabalho pedagógico do futuro professor, para que este possa ensinar, a seus alunos, a maneira como a língua se constituiu, contextualizando-a historicamente, socialmente e culturalmente”. O reconhecimento e a oficialização de Libras é algo muito importante para a comunidade surda e para os usuários da Língua, proporcionando-lhes respeito, cidadania, dignidade e um pleno desenvolvimento.

A disciplina nos cursos de licenciatura analisados são de baixa carga horária o que torna impossível aprofundar na matéria e de fato tornar um professor hábil em ensinar para um aluno surdo, este tendo que buscar outros cursos complementares fora da universidade/Faculdade ou Instituto.

### **3 INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES**

Nessa seção iremos discorrer sobre a inclusão dos surdos nas escolas regulares apresentando a diferença entre a inclusão e a integração desse aluno e apresentado a concepção do ensino bilíngue para os alunos surdos, os quais deveriam ter como língua materna a língua de sinais brasileira no caso dos surdos brasileiros.

#### **3.1 Inclusão x Integração**

Para pensarmos a inclusão dos Surdos nas escolas Regulares vamos definir o que é inclusão e o que é integração. Inclusão é o ato de adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte. Sendo assim, a inclusão escolar é o ato de dar a todos o direito de acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino; não sendo tolerado ou permitido nenhum tipo de discriminação. Quanto ao âmbito escolar, esta deve estar preparada para atender os alunos de forma igualitária dentro da sala de aula e apresentar espaços adequados as necessidades de cada aluno, como por exemplo, espaços modificados com especificidades próprias como rampas, corrimões, banheiros adaptados, apoio para braços e materiais pedagógicos especiais.

A integração escolar é uma forma condicional de inserção que vai depender do nível de capacidade do aluno de adaptação ao sistema escolar, proporcionando ao mesmo melhor aprendizagem e melhor relacionamento com os colegas. Assim, o aluno passa a ser o foco do processo sendo consideradas suas diferenças e administrando as mesmas ao convívio social. De acordo com a legislação brasileira, a Língua Brasileira de Sinais – Libras, é um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, onde há uma forma de comunicação e expressão visual-motora, orientada por uma estrutura gramatical própria.

Assim, a integração escolar do aluno surdo está amparada na Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo V que trata exclusivamente da Educação Especial, na qual o artigo 58 diz:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Parágrafo 1 - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. Parágrafo 2 - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. Parágrafo 3 - A oferta da educação especial, dever

constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 2006).

Com o amparo legal para esses educandos deveria ser dado aos alunos com necessidades especiais a devida importância e reverência, que só se pode contar de fato com apoio e atendimento escolar em instituições especializadas. Outra necessidade, porém, são as devidas adaptações curriculares que devem adequar o currículo geral para que este esteja apropriado aos alunos com necessidades especiais. Estas adaptações permitem ao aluno melhorar seu aprendizado e relacionamento geral na escola.

É importante que na rede regular de ensino, haja apoio para todas as crianças portadoras de necessidades especiais, o que envolve o uso de instrumentos e técnicas diversas. A mudança no processo educacional precisa ser definida em uma proposta pedagógica e conter todo um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados de forma a apoiar e complementar a proposta pedagógica comum.

Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, foi elaborada a chamada Declaração de Salamanca, a qual trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A Declaração de Salamanca (1994, p.31) diz que

O princípio fundamental da escola inclusiva, consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter [...]. Dessa forma, recorre-se a educação inclusiva a fim de educar e socializar todas as pessoas que possuam necessidades educativas especiais. Incluir é preciso para que a escola venha formar gerações preparadas para lidar com as diferenças, sem preconceitos e barreiras. (SALAMANCA, 1994, p.31)

O envolvimento dos professores e alunos é fundamental para que ocorra a inclusão. A escola inclusiva é aquela que abre suas portas para todos os alunos e suas dificuldades. Isto corrobora com o que vem sendo descrito no artigo 11 da Declaração de Salamanca em seu tópico de Estrutura de Ação em Educação Especial:

Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação. Portanto, um esforço concentrado é requerido no sentido de se promover a alfabetização e o aprendizado da matemática e de habilidades básicas às pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação de adultos. Também é importante que se reconheça que mulheres têm frequentemente sido duplamente desvantajadas, com preconceitos sexuais compondo as dificuldades causadas pelas suas deficiências. Mulheres e homens deveriam possuir a mesma influência no delineamento de programas educacionais e as mesmas oportunidades de se beneficiarem de tais. Esforços especiais deveriam ser

feitos no sentido de se encorajar a participação de meninas e mulheres com deficiências em programas educacionais. (SALAMANCA, 1994, p.31)

O currículo precisa ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas devem, portanto, oportunizar em suas grades curriculares atividades que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes. As instituições de ensino devem interessar-se pelo que os seus alunos desejam aprender, apostar em seu potencial e deixá-los livres e seguros em seu poder de criação. Estes fatores são importantíssimos para que os alunos se desenvolvam com uma melhor aprendizagem.

Condições favoráveis a aprendizagem precisam ser criadas ou exploradas pois, “a falta de linguagem comum é o que dificulta esse processo” (BRASIL, PNAIC, 2012, p. 28). Quando os profissionais envolvidos no processo educacional aceitam aos alunos como eles são, os ouvem, valorizam seu trabalho e promovem suas produções, estes alunos sentem-se motivados e prontos para aprender. Isto aliado ao cumprimento e a aplicabilidade das leis vigentes, assegura aos alunos com necessidades especiais uma total e plena educação de qualidade.

As habilidades e as práticas sociais dizem que o aluno surdo deve também saber escrever e ler, pois estas são habilidades necessárias para o desenvolvimento e participação social. O domínio da leitura e da escrita trazem benefícios sociais, linguísticos, culturais, cognitivos, políticos e econômicos, tanto para o grupo em que o aluno está inserido, quanto para seu futuro. A integração do aluno surdo em classe comum é um processo gradativo que deve acontecer de forma espontânea e informal, conseguida apenas com muito estudo, trabalho e dedicação.

Todas as pessoas envolvidas neste processo, incluindo o aluno surdo, a família, os professores, os fonoaudiólogos, os psicólogos, os assistentes sociais, os alunos ouvintes, e todo o corpo administrativo escolar devem ter em mente como se dá este processo. A maioria das pessoas surdas apresenta algumas dificuldades linguísticas, sejam elas fonológicas ou sonoras, semânticas ou interpretativas, sintáticas ou estruturais, pragmáticas ou funcionais.

Quanto a avaliação da aprendizagem do aluno surdo, Rego (1995, p. 118), nos afirma que "a escola deve ser um espaço para as transformações, para as diferenças, para as contradições e para a colaboração mútua e para a criatividade". Franco (1999), aponta uma questão polêmica no que diz respeito à escola inclusiva e a educação dos surdos e dos ouvintes, a saber que:

A escola inclusiva é entendida como um espaço de consenso, de tolerância para com os diferentes. A experiência escolar cotidiana, ao lado dos colegas normais seria, assim, vista como um elemento integrador. É como se para esses alunos fosse mais importante a convivência com os colegas normais do que a própria aquisição do

conhecimento mínimo necessário para a sua, aí sim, possibilidade de inserção social. (FRANCO, 1999, p.216).

A língua de sinais é de caráter viso-espacial, e isso a torna diferente de todos os outros meios ou modelos de comunicação. A Libras é de grande valor para os surdos, pois, viabiliza as suas relações e interações com todo o mundo à sua volta, sendo assim, seu único canal de expressão. É uma língua dotada de normas particulares, tem conceitos e definições próprias em relação à gramática. A Libras permite um desenvolvimento cabal da pessoa surda, pois facilita a obtenção de saberes tão importantes dentro da sociedade.

Atualmente no Brasil, existem muitas escolas que vêm implementando uma proposta bilíngue na educação dos surdos, ou seja, aprendizado com metodologia apropriada da língua portuguesa e da língua de sinais brasileira. Segundo Quadros (1997, p. 27), “o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”. Os surdos brasileiros vêm lutando por um ensino que atenda eficazmente suas necessidades linguísticas e culturais para que possam integrar-se e estar em condições de igualdade com ouvintes tanto na vida social, quanto na profissional.

As escolas brasileiras, em sua maioria vêm introduzindo algumas propostas bilíngues para educação dos surdos e conseqüentemente um aprendizado formal também para os ouvintes, na tentativa de fornecer aprendizado a partir de uma metodologia apropriada que englobe tanto a língua portuguesa falada e escrita, como a língua de sinais brasileira. Os alunos surdos tem direito à educação sistematizada e eficaz, e os mesmos necessitam de um ensino que atenda de maneira eficaz suas necessidades tanto culturais quanto linguísticas, para que possam estar em condições de igualdade com os outros alunos ouvintes, o que se refletirá de maneira positiva tanto em sua vida social, quanto em sua vida profissional.

Nesse ínterim, é necessário que mais e mais escolas adotem esta proposta inclusiva; e que o ensino bilíngue se estabeleça como proposta de educação de fato. O primeiro passo para a eficácia das escolas bilíngues é o trabalho de formação dos professores, além da inclusão de professores surdos em todas as disciplinas, e a abertura de concursos para os professores surdos.

Alguns profissionais teriam no início alguma dificuldade no trabalho com os ouvintes, mas estes teriam mais facilidade na construção e aplicação de métodos de ensino mais eficientes para os alunos surdos. Segundo Perlin (2006),

hoje, para os surdos brasileiros, é o momento de resvalar pela pedagogia dos surdos e entrar em um terreno de construção. O sujeito de pedagogia dos surdos é o sujeito outro naturalmente educável, com capacidade virtual própria para sua educação que requer ser diferente das outras pedagogias. (PERLIN, 2006, p. 80).

A luta pela igualdade vem sendo tema de diversas discussões, e a partir das mesmas, a escola passa a ampliar tanto o espaço para a comunidade surda quanto para sua identidade e sua cultura. Quando falamos em povo surdo, falamos em um grupo de pessoas com tradições, costumes e história; e que são pertencentes a um grupo. No convívio com os alunos surdos, constituindo assim a comunidade em que vivem, não podemos nos referir apenas a estes alunos surdos, já que, normalmente, as famílias são constituídas de sujeitos ouvintes e sujeitos surdos.

Além da família, na comunidade em geral há a interação do aluno surdo com intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham dos mesmos interesses comuns, que participam de associações, igrejas, clubes e outros. No espaço escolar é possível adquirir uma língua efetiva promovendo o desenvolvimento cognitivo do aluno.

Libras é assim, importante elemento tanto de identificação como de conhecimento, conforme nos diz Skliar (1997):

A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas e comunicativa - e cognitiva - por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos. (SKLIAR, 1997, p. 141).

Sendo assim, a educação bilíngue deve ser vista sob diferentes formas, as questões linguísticas precisam ser mais elaboradas, é necessária uma maior discussão sobre a formação dos professores bilíngues e só assim será possível atingir o objetivo principal que é uma educação de qualidade tanto para alunos surdos quanto para ouvintes.

### **3.2 Os Alunos Surdos nas Escolas Regulares**

Todo aluno deve ser considerado pela escola como um indivíduo que possui história e cultura, independentemente deste aluno ser ou não deficiente. Assim, o currículo escolar deve valorizar também o aluno surdo e considerar sua cultura e sua história. Quanto a cultura, é necessária que se faça um trabalho que atenda às necessidades desses alunos e que promova interação entre alunos surdos e alunos ouvintes.

“Ao longo da história educacional dos surdos, observamos a influência que o ouvinte sempre teve sobre a educação do surdo e, conseqüentemente, sobre o surdo” (KIKUICHI, 2011, p. 13). O aluno surdo deve frequentar o sistema regular de ensino, e deverá fazer uso da leitura

orofacial, exercitando sua expressão oral e a escrita. Para a integração plena deste aluno é necessária que haja uma adaptação do ambiente escolar com a preparação dos funcionários da escola, desde a administração até os cargos como merenda e limpeza, e neste caso, principalmente o professor.

Segundo Quadros (1997, p. 3) “a aquisição da linguagem em crianças surdas deve ser garantida através de uma língua visual-espacial”; que se dará sem haver separação de ouvintes e surdos, que possibilitará aos alunos perceber que existe sim uma diferença entre as línguas falada e escrita, e que as duas são parte de interação e de comunicação entre todos. Assim Pereira (2006) nos diz:

Em se tratando de crianças surdas a interação deverá realizar-se por meio da língua de sinais. É ela que vai possibilitar aos surdos vivenciar práticas em que a escrita esteja envolvida, como contar histórias, relatar eventos vivenciados, entre outros, e vão construir, assim, seu conhecimento de escrita, em um processo muito semelhante ao observado em crianças ouvintes. (PEREIRA, 2006, p. 62).

O educador é o profissional mediador de conhecimentos e é também um transmissor de valores e de saberes. Sendo assim, ele pode proporcionar aos alunos muitas experiências que vão ampliar sua visão de mundo. Monteiro (2006) afirma que:

[...] Há pessoas surdas em toda a parte do Brasil. Porém, muitos surdos são invisíveis à Sociedade [...] a) Nos Lugares Comuns (praças, bares, cinemas, clubes, etc.), b) Nas Associações de Surdos, c) Nas Escolas e Universidades, d) Nas Clínicas, e) Nas Igrejas (MONTEIRO, 2006, p.280).

Dessa forma, a inclusão escolar é importante, pois dá ao aluno surdo a oportunidade de estar inserido em um contexto neutro, sendo que a escola proporciona a ele que o mesmo transite por diversos ambientes, mesmo que ainda hoje vejamos “uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados” (MANTOAN, 2006, p. 18). Ainda para Quadros (1997, p. 93) “a avaliação dos estilos de aprendizagem e a identificação das estratégias de aprendizagem usadas pelos alunos podem favorecer o planejamento de intervenção no processo de ensino”.

Libras é o meio de inserção do aluno surdo num mundo que é culturalmente visual. Assim, Campello (2007) alerta sobre a necessidade de:

É necessário refletir sobre [...] em relação à construção de uma pedagogia visual, campo desconhecido pela maioria, levando em consideração a realidade do ensino, principalmente quanto à aquisição da linguagem e dos recursos didáticos do ensino às pessoas surdas no âmbito escolar.” (CAMPELLO, 2007, p:128)

De acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC é preciso que sejam criadas estratégias de ensino para atender a todos os alunos e que estas variam de pessoa para pessoa pois dependem das “especificidades de cada pessoa, da experiência, e da criatividade e observação do professor com sensibilidade e acuidade, além de uma formação inicial e continuada que o encaminhe para isso” (BRASIL, PNAIC, 2012, p. 07).

Libras é uma língua visual-espacial e deve ser considerada, de acordo com Quadros e Karnopp (2004):

A língua de sinais devem ser consideradas como línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente); caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da pressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (QUADROS E KARNOPP, 2004: 30).

Os alunos surdos são cidadãos e possuem “uma cultura, uma língua, uma forma de pensar, de agir e não como uma pessoa que não é capaz de escutar, afinal a surdez não impossibilita o surdo de realizar diversas atividades.” (GOLDFELD, 2002, p. ). A necessidade de um ensino bilíngue nas escolas brasileiras é real.

Bernardino (2000), nos diz que a língua oral não preenche todas essas funções necessárias para o aprendizado do aluno surdo, sendo necessário que o mesmo aprenda uma língua visual desde pequeno, o que possibilitaria “ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche, pag.29”. Assim, é muito importante o bilinguismo para realizar o processo de alfabetização e letramento, que segundo Soares (2003):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolvesse no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das



relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2003, p. 14)

Assim, na proposta bilíngue o aluno surdo participa de duas realidades, pois vive a língua materna (Libras), que é utilizada em seu cotidiano para comunicar-se com outros que também detém tal conhecimento e vive também sua segunda língua, no caso língua portuguesa, na qual aprende os costumes e as vivências escritas, por isso é tão importante que os alunos ouvintes sejam ensinados a também usar Libras e comunicar-se entre si.

Muito importante para o aluno surdo é que ele assuma sua condição de surdez e suas características e identidade, tendo orgulho de ser uma pessoa que pode comunicar-se com dois grupos distintos. Já que:

O surdo tem um modo próprio de olhar o mundo onde as pessoas são expressões faciais e corporais. Como fala com as mãos, evita usá-las desnecessariamente e quando as usam, possui uma agilidade e leveza que podem se transformar em poesia. (FELIPE, 2007, p. 197).

Assim, quanto mais a língua de sinais for compartilhada dentro de todo o espaço escolar maiores serão os benefícios e o aumento da aprendizagem geral de toda a comunidade escolar. A língua é essencial para o desenvolvimento das relações profundas, e essas permitirão o pleno desenvolvimento das crianças com surdez (LACERDA, 2006). E, para Lacerda (2006), as crianças surdas

[...] partem de uma exposição e de estratégias de linguagem diferentes, estando expostas a um ambiente que usa simultaneamente pistas visuais e auditivas, impondo a elas opções, dividindo sua atenção. Em uma sala de aula para alunos ouvintes, isso se reproduz, já que o professor passa as informações de acordo com aquilo que está acostumado, sendo mais adequado aos ouvintes que às crianças surdas. Desse modo, a criança surda está presente, mas está perdendo uma série de informações fundamentais sobre questões de linguagem, sociais e afetivas que lhe escapam justamente por sua condição de ser usuária de outra língua, tendo acesso aos conteúdos apenas pela mediação do intérprete. (LACERDA, 2006, p.178).

Com este entendimento, ressalta-se que Libras, sendo uma língua como qualquer outra, precisa ser inserida na vida do aluno o quanto antes, assim, essa aquisição será automática e natural.

Importante citar também, que em todos os casos de exclusão escolar, tendo em vista alunos com deficiência ou não, apresenta-se, de acordo com Rojo (2009, p. 35) desinteresse, desânimo e resistência dos alunos em relação as propostas de ensino e letramento oferecidas pelas práticas escolares.

#### **4 VYGOTSKY: A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA**

A Consciência Fonológica é uma habilidade da Linguagem que permite segmentar de modo consciente as palavras dividindo-as em unidades menores, que são as sílabas e os fonemas. Ela representa uma capacidade complexa na qual a criança começa a identificar, mesmo que não intencionalmente, que a linguagem é constituída por um conjunto de frases, e que essas podem ser segmentadas ou divididas, sendo que esta divisão ocorre de enunciados em frases, frases em palavras, palavras em sílabas e sílabas em fonemas.

Estudos como o de Lundberg (1998) e Zorzi (2003) mostram que há bastante relação entre a consciência fonológica e o sucesso na aquisição de leitura. Só é possível compreender o princípio alfabético a partir da segmentação da fala em unidades fonéticas. Pode-se dizer assim, que esta segmentação ocupa lugar de destaque no desenvolvimento da leitura e da escrita. A consciência fonológica, porém, não se junta a leitura de forma unidirecional.

Para Leybaert (apud SOUZA; BANDINI, 1998, p.132) a leitura labial pode “fornecer informações sobre as características fonológicas gerais, como o número de sílabas, entretanto não o faz de aspectos mais detalhados como o número de fonemas de uma palavra”. Infelizmente, a maioria das escolas tem grande preocupação com o desenvolvimento da escrita, mas dão pouquíssima atenção para o desenvolvimento da leitura (KATO, 1987). Quanto a educação bilíngue, há uma concordância de que a linguagem e a cognição dos surdos se baseiam na língua de sinais, e se utilizam da língua portuguesa como segunda língua.

Já na questão da clínica médica, a surdez é vista como uma deficiência, ou uma desvantagem quando comparados à maioria da população (SKLIAR, 1998). A leitura é um ato individual de construção de significado e segundo Travaglia (2000) a forma como o professor compreende a linguagem repercute no modo como ele organiza o seu trabalho com a língua em termos de ensino, essa aquisição é assim, um processo de produção de sentido.

Quando acontece a visão única de língua como código, aparentemente a leitura passa a ter como foco exclusivo o texto, e este por sua vez passa a ser um simples produto de codificação e de decodificado pelo leitor. Essa visão por si só, é simplista, sendo que, é preciso explorar as informações que fazem parte do cotidiano destes alunos e não apenas fazer a análise do tema proposto. Interessante assim, seria o professor trabalhar com perguntas específicas, imagens e simbologias.

Sem dúvida, um bom roteiro de leitura é gratificante e importante, favorecendo a construção do conhecimento de acordo com as regras que tornam os textos significativos quando relacionados com o dia a dia do aluno. Desde sua primeira infância, as crianças constroem conhecimentos relevantes sobre a leitura e a escrita e assim, constroem novos conhecimentos, aprendendo à medida que consegue utilizar-se de muitas estratégias que trabalham de forma coerente, relevante, criativa e motivadora.

No que diz respeito a coordenação pedagógica, essa deve auxiliar os professores de forma a trabalhar a interdisciplinaridade didática para que os conteúdos de trabalho não fiquem isolados ou dissociados. Especialmente para o aluno surdo, este é um item muito importante evitando que pelo receio na dificuldade de comunicação, e até um certo constrangimento nessa comunicação haja impedimento na escolarização e avanço escolar. Quanto a comunicação, alguns estágios correspondem a modelos de linguagem mente e cérebro.

O Estágio de um Sinal se inicia por volta dos 12 meses da criança surda e vai até por volta dos 2 anos. Uma criança surda, filha de pais surdos, inicia o estágio de um sinal por volta de 6 meses enquanto uma criança ouvinte inicia a linguagem oral em torno dos 12 meses, sendo que a produção gestual inicial é relativa ao balbúcio de crianças sem deficiência auditiva. O estágio das Primeiras Combinações surge por volta dos 2 anos e há uma limitação no que diz respeito às ligações lexicais e fonologias, além de não ocorrer a flexão de alguns verbos.

O Estágio de Múltiplas Combinações ocorre por volta dos 2 anos e meio aos 3 anos quando a criança surda inicia o processo de distinções derivacionais, de expansão do vocabulário e da formação pronominal para indicar pessoas e objetos que não estejam presentes fisicamente no local onde ela se encontra. A Aquisição de L2 de uma língua escrita que representa a oral-auditiva, enquanto que a L1 é a representação através da linguagem de sinais.

Da mesma forma que crianças ouvintes adquirem, normalmente, uma língua estrangeira como segunda língua, a criança surda aprende a sua língua de forma escrita como segunda língua. Borges e Salomão (2003), ainda ressaltam que “a medida que a criança se desenvolve, seu sistema sensorial se torna mais refinado e ela alcança um nível linguístico e cognitivo mais elevado, enquanto seu campo de socialização se estende, principalmente quando ela entra para escola e tem maior oportunidade de interagir com outras crianças”.

Não se esquecendo, porém, de que o primeiro contato da criança com a língua é através da interação com o meio em que ela está. Com a consciência fonológica aprendemos a identificar a estrutura sonora das palavras, entender que uma mesma sílaba ou um mesmo fonema pode estar presente em palavras diferentes. Para Vygotsky, no desenvolvimento das

habilidades de comunicação, é importante o uso das linguagens tanto informativa quanto criativa, pois é assim que a criança poderá alcançar sua consciência linguística.

O desenvolvimento da Consciência Fonológica não acontece em todas as crianças numa mesma idade pois depende de múltiplos fatores internos e externos da criança. No caso das crianças surdas, alguns problemas de leitura e escrita podem ocorrer como reflexo de um problema geral no domínio da linguagem, segundo Brady e Liberman (apud HANSON, 1983). A interação é, portanto, a base das relações entre o uso do instrumento – fala, e o desenvolvimento da linguagem. Para Vygotsky (1991):

O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. O aprendizado não altera nossa capacidade global de focalizar a atenção; ao invés disso, no entanto, desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas. De acordo com esse ponto de vista, um treino especial afeta o desenvolvimento global somente quando seus elementos, seus materiais e seus processos são similares nos vários campos específicos; o hábito nos governa. (VYGOTSKY, 1991, p. 55-56).

Crianças surdas sofrem por serem estigmatizadas por suas limitações; sendo que, muitos professores deixam de considerar que estas mesmas limitações coexistem com as potencialidades. Só há sentido em se descrever as limitações de alguém quando se provê apoio necessário ao mesmo. O que diferencia o homem do animal é a capacidade de aprendizado que o homem tem e o fato de que ele pode repassá-lo para outros e para as gerações futuras através da linguagem.

Esta mesma linguagem modifica o meio em que ele vive. Porém, se apenas se basear no abstrato este não terá resultados específicos e benéficos. Ainda segundo Vygotsky (1991):

Acreditava-se há algum tempo que, pelo uso de testes, poderíamos determinar o nível de desenvolvimento mental no qual o processo educacional deveria se basear e cujos limites não deveriam ser ultrapassados. Esse procedimento orientava o aprendizado em direção ao desenvolvimento de ontem, em direção aos estágios de desenvolvimento já completados. O erro deste ponto de vista foi descoberto mais cedo na prática do que na teoria. Ele está claramente demonstrado no ensino de crianças mentalmente retardadas. Estudos estabeleceram que as crianças retardadas mentais não são muito capazes de ter pensamento abstrato. Com base nesses estudos, a pedagogia da escola especial tirou a conclusão, aparentemente correta, de que todo o ensino dessas crianças deveria basear-se no uso de métodos concretos do tipo "observar - e - fazer". E, apesar disso, uma quantidade considerável de experiências com esse método resultou em profunda desilusão. Demonstrou-se que o sistema de ensino baseado somente no concreto - um sistema que elimina do ensino tudo aquilo que está associado ao pensamento abstrato - falha em ajudar as crianças retardadas a superarem as suas deficiências inatas, além de reforçar essas deficiências, acostumando as crianças exclusivamente ao pensamento concreto e suprimindo, assim, os

rudimentos de qualquer pensamento abstrato que essas crianças ainda possam ter. (VYGOTSKY, 1991, p. 60).

O que muitas vezes antigamente era considerado como atraso ou não aprendizagem escolar, não tem mais sustentação hoje em dia. A educação inclusiva mostra a possibilidade da aprendizagem para todos os alunos. Para que isso ocorra de fato, os processos educacionais precisam ser pensados “[...] de forma diversa, rica, estimulante, respeitosa” (OLIVEIRA, 2011, p.10) e cabal para todos os alunos. Se os alunos ouvintes resolvem suas tarefas práticas com a ajuda da fala, dos olhos e das mãos; os alunos surdos utilizam-se do gestual para compor suas unidades de comunicação, estimulando assim, seu campo visual, o que vem a contribuir no que “constitui o objeto central de qualquer análise da origem das formas caracteristicamente humanas de comportamento” (Vygotsky, 1991).

As línguas de sinais e as línguas orais se diferenciam devido ao meio físico utilizado para receber e produzir as informações linguísticas. Enquanto nas línguas orais a recepção é feita pela audição e a produção é feita por meio do trato vocal e órgãos fonoarticulatórios, nas línguas de sinais a recepção é feita pela visão e a produção é feita por meio dos movimentos das mãos, da face e do corpo. Estes sinais são formados por um conjunto de elementos que soltos, não tem significado, mas que ao serem recombinaados, utilizando-se de regras e restrições fonológicas, formam o extenso léxico. E quando há assim, condições para combinações adequadas entre os parâmetros, são formados os sinais.

Os estudos feitos por Figueroa e Lisse (2005) mostram que não há fortes evidências sobre a exigência do processamento fonológico da língua oral para proficiência da leitura por surdos. Foi encontrada, porém, correlação significativa e positiva entre o desempenho na língua de sinais e o desempenho em tarefas de leitura e escrita. Assim, é possível que habilidades linguísticas adquiridas na língua de sinais sirvam de base para aprendizagem da leitura, ou na transferência das habilidades linguísticas dessa língua para desenvolver as competências na língua escrita.

O acesso a uma língua viso espacial possibilita de fato o acesso completo das informações linguísticas dando a estes alunos uma maior oportunidade de adquirirem o domínio da linguagem. Outros estudos mostram há muita contribuição nas ações de atenção à criança surda com diagnóstico da perda auditiva. O trabalho relativo à consciência fonológica em surdos em uma língua de sinais indica o desenvolvimento dessa habilidade e auxilia na aquisição geral da linguagem. É fundamental assim, assegurar que os bebês e as crianças surdas

tenham acesso a língua de sinais o mais rápido possível, juntamente com seus pais ou responsáveis.

Para Harris e Moreno (2004) a maioria das crianças surdas encontra dificuldades para ler, havendo muitas dúvidas sobre o motivo desta tarefa ser tão difícil para elas. Para facilitar este processo é preciso usar estratégias específicas. Essa etapa apresenta propriedades dos cinco parâmetros relacionados com a LSB, que são: a Configuração de Mão (CM) que são as diversas formas que as mãos tomam para realizar o sinal; o Movimento (M) que pode envolver muitas formas e direções, que são desde os movimentos internos da mão, aos movimentos do pulso e direcionais no espaço, até conjuntos de movimentos no mesmo sinal; a Locação (L) que é o espaço onde os sinais são articulados; a Orientação manual (Or) que é a direção da palma da mão durante o sinal: voltada para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para esquerda ou para a direita; e as Expressões não-manuais que são os movimentos da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco.

Na língua de sinais as funções relacionam-se às diferenciações entre itens lexicais e marcações sintáticas, como marcação de sentenças e orações. O papel da escola é de meio de inserção, e o papel do professor, é de mediador na construção do conhecimento por parte dos alunos. É preciso que as estratégias pedagógicas sejam bem elaboradas e organizadas a fim de possibilitar ao aluno a aquisição e o desenvolvimento dos processos de aprendizagem. A inclusão de alunos surdos tem seus desafios tanto de ordem física quanto de adaptações curriculares, que são as questões relacionadas à língua – LIBRAS.

Para que realmente aconteça uma educação inclusiva no ambiente escolar, é necessário que toda equipe esteja envolvida e trabalhando em conjunto. O desenvolvimento do aluno surdo deve ser garantido pela própria escola, dentro dela. Sobre isso, Carvalho (2006) afirmou que, “normalmente, se identifica como sujeitos da educação inclusiva os alunos historicamente associados a Educação Especial”, mas que não necessariamente precisa ocorrer dessa maneira, pois isso acarreta uma falsa ideia de que a educação inclusiva está ligada ao desenvolvimento intelectual. “[...] O fato de estar sendo discutida, predominantemente, em fóruns de Educação Especial, acarreta a falsa ideia de que a proposta é, apenas, para aqueles que têm sido considerados como o seu alunado” (CARVALHO, 2006, p. 26).

A educação inclusiva não é restritiva, mas, é preciso enfatizar que o Brasil enfrenta uma crise grave no cenário educacional, e não apenas quanto a escolarização de crianças com deficiência. Posso citar aqui graves problemas de ordem estrutural como salas de aulas lotadas,

rotatividade de professores, falta de recursos pedagógicos, além da desvalorização da carreira docente.

## **5 A REALIDADE DO SURDO – UM ESTUDO DE CASO**

Para a execução deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica de acordo com os objetivos aqui elencados, e um estudo de caso englobando os aspectos fundamentais mostrados e estudados aqui, para tal analisamos a realidade de uma escola pública no município de Buriti Alegre na qual apliquei um questionário para entender as concepções dos professores sobre a alfabetização de surdos no ensino regular.

### **5.1 Pesquisa Bibliográfica**

Na pesquisa bibliográfica são apresentadas as obras e os autores fundamentais para a elaboração da pesquisa. Ela é exigida dentro do meio acadêmico e é usada nas apresentações, nos artigos e até em resenhas de livros. Ela é uma exigência indispensável para que todas as pessoas envolvidas no desenvolvimento do trabalho compartilhem do entendimento do assunto.

As diferentes formas de revisão da literatura baseiam-se tanto na revisão bibliográfica tradicional onde a uma revisão de ordem narrativa, tanto no uso de mecanismos e metodologias no campo da educação com o intuito de descrever plenamente o tema. Os resultados obtidos com esta pesquisa permitem uma aproximação do problema escolhido, traçando um panorama sobre as produções já conhecidas fornecendo assim um maior conhecimento do tema ao longo do tempo, visualizando assim possíveis oportunidades de pesquisa futuras.

A pesquisa bibliográfica é indispensável para a delimitação do trabalho, mostrando os conhecimentos atuais sobre o tema de trabalho escolhido, “sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento” (LAKATOS E MARCONI, 2010). Não só com o intuito de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, mas também para a contribuição de outras várias contribuições teóricas, a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada “nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos” (MEDEIROS E TOMASI, 2008).

Este método acontece por meio da pesquisa, fornecendo elementos para o diálogo e a interação acerca de um determinado assunto. A pesquisa e o levantamento bibliográfico agem na finalidade de levantar todas as referências encontradas sobre um determinado tema (CERVO; BERVIAN, 2002). O formato das referências é variável e aparece em livros, sites, revistas, vídeos, e em tudo que possa contribuir para o contato com o objeto de pesquisa.

Para Alves Mazotti (2002) é imprescindível “a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção



do referencial teórico da pesquisa. Assim, podem ser utilizadas como pesquisa tanto a revisão de literatura (MIRANDA; FERREIRA, 2009) quanto a revisão bibliográfica (FRANÇA; MATTA; ALVES, 2012).

Ainda para Rocha (1999) as pesquisas bibliográficas fornecem “o estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada”. Segundo Becker (1986) “ninguém vai se interessar nos resultados de sua pesquisa se você não propuser algum tipo de relação com o que os outros têm feito e divulgado”, o que também pode ser chamado de relevância.

As pesquisas devem assim, dialogar de forma a colaborar com todo o processo investigativo sobre o tema. A revisão bibliográfica foi feita com base na pesquisa de artigos publicados, através de pesquisa bibliográfica e de análise documental nas bases bibliográficas disponíveis para acesso *on-line*, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Capes, Bireme e PubMed.

## 5.2 Estudo de Caso

O estudo de caso é a utilização de um ou mais métodos qualitativos para recolher informações, e que não necessariamente seguem apenas uma linha de investigação. Pode referir-se a uma pessoa, um grupo de pessoas, uma instituição, um problema em si e outros. De acordo com Bogdan e Biklen (1991):

Na escolha de um ambiente ou grupo como foco de um estudo de caso de observação, recorde-se de que quanto menor for o número de indivíduos maior a probabilidade de que o comportamento destes seja alterado pela sua presença. É óbvio que seria uma intromissão escolher para o seu estudo dois estudantes vivendo uma relação romântica, e mesmo partindo do princípio de que tal intromissão seria tolerada, iria, com certeza, modificar significativamente aquilo que se estava a passar. Um maior número de indivíduos, por outro lado, toma normalmente menos intrusiva a sua presença. O que se torna difícil é a necessidade de recolher informação de toda a gente e trabalhar todos os dados e relações. Para o seu primeiro estudo tente escolher um ambiente ou um grupo que seja suficientemente grande para que você não sobressaia, mas suficientemente pequeno para que não se deixe submergir pela tarefa. Contudo, esta regra simples no que diz respeito ao tratamento de um contexto nem sempre funciona. As escolas proporcionam problemas relacionais particulares que desafiam a regra. (BOGDAN E BIKLEN, 1991, p. 92)

Uma dificuldade comum encontrada nos estudos de caso está relacionada com a quantidade de tempo que o pesquisador tem para realizar suas pesquisas. Toma-se como ponto de partida assim, as entrevistas e as observações iniciais. Robinson (1951, apud Bogdan e

Biklen, 1991, p. 101) mostra que o início da pesquisa deve ser desenvolvida uma definição e uma descrição do tema escolhido e depois deve ser feita uma comparação explicativa dos dados que estão sendo recolhidos.

### **5.3 UM CASO ANALISADO**

O estudo de caso aqui citado foi realizado na Escola Municipal Blandina Vasconcelos Alamy, situada em Buriti Alegre, estado de Goiás. Aqui buscamos retratar de forma real as condições de acesso de aluno surdo inserido em uma escola de ensino regular da rede municipal de ensino. Foi planejado e organizado todo um roteiro para a coleta de dados.

Não houve colaboração por parte da escola para que eu pudesse reunir as informações necessárias, haja visto que esta questão não é o foco central da instituição, mesmo sendo lei ter requisitos bases para a educação de alunos com algum tipo de deficiência física, mental ou dificuldades intelectuais de desenvolvimento. Foi diagnosticado apenas um caso de aluno com surdez, em todo o município.

O aluno cursa o 5º ano, turma “C”, no período vespertino desta instituição. Quanto ao estudante, o mesmo comunica-se através de gestos com o restante da turma, possui uma assistente educacional para ajudá-lo e orientá-lo em atividades que são elaboradas apenas para ele, porém a professora que o acompanha, é também responsável pelo acompanhamento de mais outros quatro alunos com outras deficiências.

A professora regente da sala tem formação em Libras e possui total habilidade de se comunicar nela, porém pelo que pude observar e analisar, o aluno é de total responsabilidade da assistente educacional. O aluno não é alfabetizado em libras e nem na língua portuguesa, sabendo apenas alguns símbolos que retratam o seu nome o que dificulta mais ainda seu aprendizado e sua comunicação.

A observação do caso estudado foi realizada durante o Programa Residência Pedagógica no qual faço parte, eu e minha colega, com quem faço dupla, fomos designadas para esta turma. No período em que foi realizado o estudo de caso observamos que o aluno é bastante faltoso; em dois meses de aula ele foi apenas em 15 dias não consecutivos.

A professora assistente nos relatou que tenta ajudá-lo o máximo possível, tanto a escrever o nome quanto alfabetizá-lo em libras e na língua portuguesa. Citou, porém, que a família não colabora com a educação do aluno, fazendo a criança retroceder no seu processo de educação. Para explorar mais um pouco o ponto de vista da escola em relação ao processo de

ensino e aprendizado do aluno recorri ao Projeto Político Pedagógico da escola, onde foi possível identificar em seu tópico 15.4 sobre os alunos com necessidades educacionais especiais que:

A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (inciso III do art. 208 da CF), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular. Como forma de assegurar o mais plenamente possível o direito de integração na sociedade. Atender às necessidades especiais desses alunos supõe, portanto, mudar o olhar da escola, preconizando não a adaptação do aluno a ela, mas a adaptação do contexto escolar a ele. A avaliação dos seus efeitos não deve ser medida, portanto, pelo aproveitamento de alguns alunos, os que apresentam dificuldades de aprender ou aqueles com necessidades educacionais especiais nas classes do ensino regular.

Trabalhar na escola numa perspectiva inclusiva não é missão impossível, mas um desafio. Um “propósito” de “querer”, “pensar e fazer” uma escola que inspire a troca entre os alunos, que confronte formas desiguais de pensamento, que busque metodologias interativas, que faça do reconhecimento da diversidade, estratégia para uma nova aprendizagem, que conceba o aluno por inteiro e respeite a dignidade de todo e qualquer indivíduo. (PPP ESCOLA BLANDINA, 2018, p. 65).

Ainda no mesmo documento, é citado que o aluno deve ter como instrumentos de aprendizagem oferecidos pela escola, a “Língua Brasileira de Sinais; Português para Surdos”, amparando assim, os alunos com deficiência auditiva (PPP ESCOLA BLANDINA, 2018, p. 65). Nota-se, porém, que não há no referido espaço escolar tais recursos para serem utilizados.

O PPP propõe que para um melhor desenvolvimento cognitivo, a escola deve promover para alunos com deficiência:

Comunicação alternativa; Atividades lúdicas; Potencializar as áreas de desenvolvimento – cognitiva, linguística, afetiva, psicomotora; Articular ações junto à coordenação pedagógica (professor regente e de apoio) da escola, efetivando uma prática inclusiva, por meio de Adequações Curriculares, Plano Individualizado de Educação. e/ou da proposta de reavaliação para a diversidade; Subsidiar os professores regentes e de apoio, intérprete, instrutor, professores dos projetos Sala Alternativa e Re-Fazer; Atender, imprescindivelmente, aos estudantes no turno de ampliação da aprendizagem; Subsidiar e acompanhar todo o processo avaliativo dos estudantes com necessidades especiais, desde o momento de seu ingresso na unidade escolar; Cada estudante deverá ser atendido, no mínimo, duas vezes por semana perfazendo um total mínimo de quatro horas semanais (conforme demanda); O atendimento ao estudante com deficiência mental não é para reforço pedagógico e/ou fazer tarefa de casa; Deverá ser reservado um dia na semana para planejamentos e estudos junto ao coordenador pedagógico, professores regentes, apoio, intérpretes, instrutores, professores dos projetos sala alternativa e Re-Fazer; Promover encontros mensais com os pais e/ou responsáveis pelos estudantes para socialização acerca de seu desenvolvimento e aprendizagem. (Será um trabalho voltado para o atendimento a casos específicos). (PPP ESCOLA BLANDINA, 2018, p. 66).

Infelizmente, notei que tais propostas também não são realizadas, e toda a estrutura pedagógica para alunos com algum tipo de deficiência ou limitação de aprendizagem se limita ao papel. Foi realizada uma conversa com a Professora regente da sala e com a professora assistente que auxilia o aluno nas atividades e o orienta dentro de sala de aula, e após foi direcionado um questionário básico, que serviu como direcionamento maior neste estudo de caso, visando o olhar do professor em relação as limitações de se ensinar dentro da instituição de educação. Ressalto que os nomes utilizados são fictícios para resguardar a identidade dos docentes.

## **5.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.4.1 Sobre o Professor Regente**

A Professora entrevistada tem formação em libras e atua como coordenadora de educação especial em outra escola em período noturno. Ela, porém, não demonstrou muito interesse em falar sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno em questão, apenas informou que a assistente que trabalha com o aluno procura as atividades e tenta buscar soluções, mesmo a professora tendo todo o potencial para ensinar o aluno ela deixa tudo para a assistente que também respondeu o questionário.

### **5.4.2 Sobre a Assistente Educacional**

A Professora Assistente foi muito receptiva e me mostrou como tentava ensinar o aluno, ela tenta vários métodos mesmo não sabendo libras, ela busca recursos na internet e em livros, há um método que ela me mostrou para ensinar ele que achei muito interessante, o das cordas vocais, ela induz o aluno a colocar a mão na garganta dela e fala a vogal, de acordo com a frequência que a corda vogal dela vibra o aluno consegue identificar uma letra ou consoante, ela tenta o possível com ele, porém ela cuida de mais alunos, e não pode dar a ele a atenção que ele tanto precisa.

Ela me relatou que tenta ajudá-lo o máximo possível, tanto a escrever o nome quanto em alfabetizá-lo em libras e na língua portuguesa. Citou, porém, que a família não colabora com a educação do aluno, fazendo a criança retroceder no seu processo de ensino aprendizagem.

### **5.4.3 Sobre o Aluno**

O aluno consegue interagir muito pouco com a turma. Ele é muito afetuoso, gosta de abraçar e cumprimentar todos, porém não consegue demonstrar isso. Ele vai à escola muito pouco, no semestre onde atuei na sala de aula como residente ele foi pouquíssimas vezes. Durante a observação e por meio dos questionários ficamos sabendo que a família não se importa muito com o desenvolvimento escolar do aluno surdo, inclusive ele tem que tomar medicação para controle de ansiedade, mas a família não providencia a medicação e nem a administra de forma correta para o tratamento funcionar.

Devido a essas questões mesmo tentando ensiná-lo, ele não consegue aprender de forma efetiva, o aluno não sabe libras e por causa de suas faltas, o seu aprendizado fica prejudicado, pois cada vez que ele volta para escola é um recomeço no processo de ensino aprendizagem.

### **5.4.4 Sobre a Escola e Seu Atendimento**

A escola não foi muito receptiva para a entrevista/questionário, a gestora escolar e o coordenador pedagógico não responderam o questionário. A escola não oferece nenhum recurso para o ensino do aluno, nem mesmo uma assistência educacional para a assistente da sala de aula, sendo que, tudo é ela mesmo que busca e providência. No caso a escola deveria buscar em órgãos da prefeitura uma professora somente para ele, que seja formada em Libras para poder dar todo o atendimento que ele precisa, mais não há nenhuma vontade ou dedicação para conseguir isso para o aluno, nem da escola e nem da própria família.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os alunos surdos o ideal seria primeiro aprender e dominar Libras para só então aprender uma segunda língua, que no nosso caso é a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. Tentativas de oralização precoce mostram falhas e prejudicam o desenvolvimento impedindo a criança de aprender tanto a Língua Portuguesa quanto a Libras.

Identificamos em nossos estudos uma baixa produção sobre a história cultural dos surdos, que ocorreu por uma grande falta de registros, visto que, por muitas gerações os povos surdos utilizavam apenas narrativas faladas ou gestos para registrar suas vidas, passando suas histórias de geração para geração sem a presença da escrita. Dessas histórias contadas ao longo dos tempos, aprendemos que existiram muitas tradições culturais que integraram as comunidades surdas através dos tempos utilizando-se das diversas modalidades das línguas de sinais existentes através dos séculos.

É extremamente necessário que haja respeito e compreensão pelos alunos surdos, dando a eles o direito de educação e de cidadania como a um cidadão comum, o que significa igualdade. Assim, é necessário que o aprendizado de Libras seja implantado cada vez mais nas escolas tanto públicas quanto privadas. Aos professores, cabe então, a missão de garantir a estes alunos, o direito a uma educação bilíngue de qualidade.

Por meio dessa educação, o aluno surdo terá a oportunidade de se identificar com o mundo ao seu redor, exercendo seus direitos como cidadãos. O presente estudo surgiu da minha necessidade pessoal em saber mais sobre o mundo dos surdos e em como se dá o processo de alfabetização dentro dele. Observei durante meus estudos que este tema não é muito aprofundado e não traz as informações que eu anseio saber.

Apesar de existir apenas uma pequena quantidade de história dos surdos e da evolução do tema ainda ser precária é possível observar avanços no sentido de possibilitar aos surdos uma alfabetização e um letramento de qualidade, efetivo e que realmente funcione. No início as escolas com educação para os surdos eram consideradas apenas como institutos de reabilitação para indivíduos com necessidades.

Hoje continua a luta para que os alunos com algum tipo de dificuldade, aqui em especial, os alunos surdos, sejam tratados com dignidade e tenham possibilidade de acesso e permanência a uma educação de qualidade. Para pensarmos a inclusão dos surdos nas escolas regulares é necessário entender que inclusão é o ato de adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte.

Assim, a inclusão escolar é o ato de dar a todos o direito de acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino; não sendo tolerado ou permitido nenhum tipo de discriminação. A escola então, deve estar preparada para atender os alunos de forma igualitária dentro da sala de aula e além, em seus espaços conjuntos. A integração escolar ocorre, porém, de acordo com o nível de capacidade de adaptação do aluno ao sistema escolar.

De qualquer forma, o intuito é proporcionar ao aluno surdo uma melhor aprendizagem e um melhor relacionamento com os colegas. Neste ínterim, o envolvimento dos professores e alunos é fundamental para que ocorra a inclusão verdadeira. A escola inclusiva é aquela que abre suas portas para todos os alunos e suas dificuldades, a partir do ensino do bilinguismo, que deve ocorrer a partir do aprendizado com metodologia apropriada da língua portuguesa e da língua de sinais brasileira, sendo esta a primeira língua, ou língua oficial dos surdos.

O aluno surdo é um indivíduo que possui história e cultura e por isso, o currículo escolar deve valorizá-lo e considerar sua cultura e sua história. No que tange a alfabetização e letramento observamos que não há uma preocupação com a alfabetização do aluno surdo, o mesmo não sabe libras e nem a escrita da língua portuguesa. Além disso, identificamos que além do papel que a escola desenvolve no atendimento e na alfabetização do aluno surdo e essencial para o bilinguismo a participação da família.

## 7 REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Sobre crocodilos e avestruzes**. São Paulo: Summus, 1998.
- BAKHTIN, M. O autor e o herói. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BLOG BIOLOGIA PONTAL. Disponível em:  
<<http://biologiapontal.blogspot.com/2016/10/comparando-audicao-dos-seres-humanos.html>>. Acesso em 26 de out. 2019.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação - Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora. 1991.
- BORGES, L. C.; SALOMÃO, N. M. R. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 327-336, 2003.
- BRASIL. **Anais do Seminário Surdez, Diversidade Social**. Rio de Janeiro: INES, 2001a
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.
- BRASIL. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília: CNE, 2001b.
- BRASIL. LDB. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasil. Brasília, DF, 2002. Disponível:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. **Declaração de Salamanca**. Brasília-DF: MEC SEESP, 1994.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** – Introdução, vol.1. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- CAMPELLO, A. R de S. Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, R. M. PERLIN, G.(organizadoras). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Arara Azul, 2007.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.



CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade**. Porto: Porto Editora, 2003. p. 117-149.

FELIPE, T. A. Libras **Em Contexto**: Curso básico: Livro do estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

FIGUEROA, V. ; LISSI, M. R.. **La lectura en personas sordas**: Consideraciones sobre el rol del procesamiento fonológico y la utilización del lenguaje de señas. *Estudios Pedagógicos*, v. XXXI, n. 2, 2005.

FRANCO, M. Currículo & emancipação. In SKLIAR. C. (org). **Atualidade da Educação Bilíngue Para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sóciointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

HANSON, V. L. Phonological Processing without sound. In: BRADY, S. A. e SHANKWEILER, D.R. **Phonological Processes in literacy**. Hillsdale, N.J., Laurence Erlbaum Associates Inc, pp.153-161, 1983.

HARRIS, M., & MORENO, C. Deaf children's use of phonological coding: Evidence from reading, spelling, and working memory. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 9(3), 2004, p. 253-268.

KIKUICHI, V. Z. F.; REZENDE, D. K.; GAHYVA, D. L. C.; SCUSSEL, D. R. MARTINS, S. E. C. **Processos Interativos com a Pessoa Surda. (Org)**. 1 reimpressão. Uberaba: UNIUBE, 2012.

LACERDA, C. B. F. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O Que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes Sobre Esta Experiência. **Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 113-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete de língua dos sinais no contexto de uma sala de alunos ouvintes: problematizando a questão**. São Paulo: Lovise, 1998.

LEYBAERT, J. (1998). Phonological representations in deaf children: The importance of early linguistic experience. *Scandinavian Journal of Psychology*, 39, 169-173.

LUNDBERG, I. (1998). Why is learning to read a hard task for some children? *Scandinavian Journal of Psychology*, 39, 155-157.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MONROY, A. **Escolas especiais**: as práticas educativas e a aquisição das habilidades adaptativas visando a integração do jovem portador de deficiência mental. Dissertação de Mestrado, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. 2003.

NOGUEIRA, C. M. I.; CARNEIRO, M. I. N.; NOGUEIRA, B. N. **Língua Brasileira de Sinais** – Processo Inclusivo na Educação Básica. Maringá: Cesumar, 2010.

OLIVEIRA, A. A. S. Aprendizagem escolar e deficiência intelectual: a questão da avaliação curricular. In: PLETSCHE, M.; DAMASCENO, A. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar**. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

PEREIRA, M. C. da C. **Leitura, escrita e surdez**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2006.

PERLIN, G. A Cultura Surda e os Intérpretes de Língua de Sinais. **ETD Educação temática digital**. Campinas, v.7, n.2, jun/p.135-146, 2006.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. de **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.

SAMPAIO, M. J. A. **Um olhar sobre a efetivação das políticas públicas na educação de surdos: foco na produção textual**. 2012. 165 p. Tese (Doutorado em linguística) Centro de ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://br.123dok.com//document/zpnwo2ry-um-olhar-sobre-a-efetivacao-das-politicas-publicas-na-educacao-de-surdos-foco-na-producao-textual.html>>. Acesso em 12 out. 2019.

SILVA, A.C. 2005. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: E. FERNANDES (org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre, Mediação, p. 37-49.

SKLIAR, C. B. Bilinguismo e biculturalismo. Uma Análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Educação, set. 1997.

SKLIAR, C. (org.). **Educação & Exclusão**: Abordagens Sócio Antropológica em Educação Especial. Porto Alegre, 1997.

SKLIAR, C.B. Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In: SKLIAR, C.B. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização**: as muitas facetas. 26º ANPED: GT Alfabetização, leitura e escrita, outubro de 2003.

SOUZA, É. C.; BANDINI, H. H. M. Phonological awareness training program for Brazilian bilinguals deaf children. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 123-135, 2007.

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2000.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 17 out. 2019.

VYGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4. ed. São Paulo: Fontes Editora Ltda, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. São Paulo: Martins Pontes, 1986.

ZORZI, J. L. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita, questões clínicas e educacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

## **Apêndice**

1 – Questionário para estudo de caso:

Tempo de atuação como professora:

### **Formação e atuação**

1. Qual sua formação? Tem algum curso de especialização? (pós-graduação)
2. Você tem algum curso de formação na área de inclusão?
3. Você sabe LIBRAS?
4. Você já trabalhou com alunos surdos?
5. Quantos alunos surdos você tem na sua sala de aula esse ano?

### **A Escola**

6. A escola está preparada para atender o aluno surdo?
7. São providenciados, pela escola, os materiais necessários para você desenvolver seu trabalho com seus alunos? Tem material específico para os alunos surdos?
8. O Município e a escola dão alguma assistência para te ajudar a alfabetizar o aluno surdo?
9. Em relação ao aluno surdo, há dificuldades para ele se integrar socialmente no ambiente escolar? Os outros alunos aceitam e respeitam o aluno surdo?

### **O Aluno**

10. O aluno surdo é bilingue? A escola trabalha o bilinguismo com os alunos surdos?
11. O aluno sabe alguma coisa do português ou tem alguma noção?
12. O aluno sabe libras?
13. Os pais do aluno ajudam no processo de aprendizagem? (com as atividades em casa, por exemplo)
14. Para você qual é a principal dificuldade em alfabetizar um aluno surdo?
15. O material que é trabalhado com o aluno é suficiente para poder ensiná-lo? Se não o que mais seria necessário?
16. Qual o método que vocês utilizam para alfabetizar os alunos surdos na nossa língua?